



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
AGEPLAN
GEREC

CONSÓRCIO PÚBLICO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAR-SE A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO
– Legislação de Regência (Lei Federal nº 14.133/21, Instrução Normativa CAGE 04/2024, Circular CAGE nº 03/2012, do Decreto Estadual nº43.803/2005 e dos Princípios da Gestão Estadual da Saúde)

CHEKLIST – CONSÓRCIO PÚBLICO			
	DOCUMENTOS	OBSERVAÇÕES*	SITUAÇÃO**
1	Ofício dirigido ao(a) Sr ^(a) . Secretário(a) de Estado da Saúde, contendo o pedido e sua justificativa.		
2	Contrato de consórcio público (cópia) e o estatuto (cópia) devidamente autenticada.		
3	Ata de posse ou ato de designação do representante legal do consórcio público (cópia) devidamente autenticada.		
4	Plano de Trabalho conforme IN 04/2024, em caso de aquisição de bens e serviços deve conter o Termo de Referência.		
5	IN CAGE nº 04/2024, Capítulo VI, Art. nº 25, II Do Conveniente, letra f) realizar pesquisa de preços no mercado, através da coleta de preço entre, no mínimo, três fornecedores do mesmo ramo de atividade, comprovadas por orçamentos , para as compras ou serviços necessários à execução do convênio, quando a entidade partícipe não estiver sujeita às disposições da Lei Federal nº 14.133/21.		
6	Cópia autenticada da Carteira de Identidade e do CPF do representante legal do consórcio público.		

7	Certidão de Regularidade junto ao CHE (Cadastro para Habilitação em Convênio do Estado) de todos os entes consorciados, vedada a celebração de convênio caso exista irregularidade por parte de algum dos entes consorciados.		
8	Documento da instituição financeira, informando a agência e o número da conta corrente específica, identificada pelo nome e número do convênio constante no FPE, para movimentação dos recursos.		
QUANDO SE TRATAR DE OBRA OU OUTRO SERVIÇO DE ENGENHARIA, ALÉM DOS DOCUMENTOS ACIMA, JUNTAR AINDA (NO QUE COUBER):			
9	Projeto básico, Planilha Orçamentária (orçamentos unitário e global), quantitativos físicos, plantas e memorial descritivo, devidamente aprovado pela VISA.		
10	Comprovação de propriedade do imóvel e que esse se encontra livre e desembaraçado.		
11	Licença prévia, dos órgãos ambientais e demais esferas administrativas, para construir (quando for o caso).		